

Prefácio. Pensar o mundo todo

Schiefer, Ulrich

Veröffentlichungsversion / Published Version

Sammelwerksbeitrag / collection article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Schiefer, U. (2007). Prefácio. Pensar o mundo todo. In J. Milando (Ed.), *Desenvolvimento e resiliência social em África : dinâmicas rurais de Cabinda* (pp. 7-14). Lisbon: Periploi. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-107742>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY Lizenz (Namensnennung) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY Licence (Attribution). For more Information see: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

Prefácio

**In: Milando, João
Desenvolvimento e Resiliência Social em África.
Dinâmicas Rurais de Cabinda**

Ulrich Schiefer

Lisbon

2007

Please quote as:

Schiefer, Ulrich (2007) **Prefácio** in: Milando, João (2007)
**Desenvolvimento e Resiliência Social em África.
Dinâmicas Rurais de Cabinda**. Periploi, Lisbon, pp.7-13.

Contact: schiefer@iscte.pt

João Milando

Desenvolvimento e Resiliência Social em África

Dinâmicas Rurais de Cabinda



Colecção Sociedades Africanas

Colecção Sociedades Africanas

Direcção: Eduardo Costa Dias e Ulrich Schiefer

1 João Milando

Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda

Esta publicação foi subsidiada pelo Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CEA/ISCTE)



Desenvolvimento e Resiliência Social em África

Dinâmicas Rurais de Cabinda

João Milando

Prefácio de Ulrich Schiefer

Colecção Sociedades Africanas

1

 **Periploi**

Copyright © João Milando 2007

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo a fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do autor.

Autor: Milando, João

Título: Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de
Cabinda

Contactos do autor:

E-mail: jmilando@gmail.com

Centro de Estudos Africanos do ISCTE

Avenida das Forças Armadas, Edifício ISCTE, Sala 2N17

1649-026 Lisboa - Portugal

Tel: (+351) 21 790 30 67

Fax: (+351) 21 795 53 61

Impressão: ELBE-Werkstätten GmbH, Hamburg GERMANY

ISBN: 978-989-8079-00-8

Depósito Legal: 250739/06

1ª edição: Janeiro de 2007

Capa: Fabião e Landó

Revisão: Milando



Instituto de Investigação Aplicada

E-mail: publi.periploi@gmail.com

DESENVOLVIMENTO E RESILIÊNCIA SOCIAL EM ÁFRICA

DINÂMICAS RURAIS DE CABINDA-ANGOLA

| | |
|--|-----------|
| Agradecimentos | 5 |
| Prefácio | 7 |
| Introdução | 17 |
| Capítulo I | 21 |
| O contexto, antes do texto | 21 |
| Ortografia da Língua Ibinda | 21 |
| O contexto | 22 |
| Capítulo II | 27 |
| A República de Angola: uma realidade compósita | 27 |
| A população de Cabinda: Cabindeses e cabindenses | 33 |
| Paisagem organizacional e institucional de Cabinda | 37 |
| Capítulo III | 43 |
| Desenvolvimento e Resiliência Social: noções | 43 |
| O desenvolvimento induzido: problemática | 43 |
| A resiliência social | 46 |
| Problemas de comunicação intercultural | 48 |
| Ministro e camponeses: os elefantes da discórdia | 48 |
| A cidade, o campo e a ENCODIPA | 50 |
| Capítulo IV | 55 |
| Kindoki (feitiçaria) e Desenvolvimento | 55 |
| O kindoki como regulador social | 57 |
| 1. Kúngula ou simulacro mutatório | 61 |
| 2. Nkuyu ou o resultado da morte transitiva de malfeitor ndoki | 63 |
| 3. Kuvútuka ou morte transitiva por comissão | 64 |

| | |
|---|------------|
| 4. <i>Mutu bavêva</i> ou pessoa manipulada por <i>ndoki</i> | 66 |
| 5. <i>Kivêssô/Phesso</i> ou morte por degeneração | 68 |
| Um factor “invisível” nos projectos de desenvolvimento | 70 |
| “Sociedades simples”? | 72 |
| Capítulo V | 75 |
| Custos sociais de um projecto bem-intencionado | 75 |
| Um chafariz na aldeia | 76 |
| 1. Escola | 77 |
| 2. Construção do sistema imunológico | 78 |
| 3. Fonte de capital simbólico | 79 |
| 4. Arena de controlo social | 80 |
| 5. <i>Passerelle</i> quebra-tabus | 81 |
| 6. Meio de Circulação de Informação | 83 |
| 7. Arena de reforço da identidade colectiva | 83 |
| Negociar com espíritos | 84 |
| Capítulo VI | 89 |
| Capital Social e Desenvolvimento | 89 |
| O conceito de capital social | 90 |
| Operacionalização do conceito de capital social | 102 |
| Capítulo VII | 105 |
| Dimensões de capital social em Cabinda | 105 |
| 1. O <i>Dikêlemba</i> , <i>Likelemba</i> ou <i>Ndiâkani</i> | 108 |
| 2. O <i>Kitembo</i> ou <i>Kibündila</i> | 112 |
| 3. O <i>Nkângulu</i> , <i>Kibunda</i> ou <i>Kimbuâdi</i> | 114 |
| 4. O <i>Kinlongo</i> ou <i>Tchinlongo</i> | 116 |
| 5. O <i>Muândzu</i> ou <i>Muânza</i> | 120 |
| Do capital social ao desenvolvimento? | 124 |
| Conclusão | 129 |
| Bibliografia | 135 |

Prefácio

EL MÁXIMO ERROR MODERNO NO ES
ANUNCIAR QUE DIOS MURIÓ, SINO CREER
QUE EL DIABLO HA MUERTO.

Nicolás Gómez Dávila

Pensar o mundo todo.

As sociedades sabem que são sociedades, quando à procura de um equilíbrio – sempre precário – entre a maravilha e o terror da existência, olhando em seu redor, encontram espíritos, ou olhando para cima, encontram um Deus - à sua própria imagem, ou não.

O advento das ciências ditas modernas e dos seus protagonistas¹ também nos trouxe as tentativas de insuflar a mente, a sede da capacidade do raciocínio (ou consciência) e levou-nos a descobrir a *noosfera* ou a construir a *gaia*. Estas tentativas não são menos honrosas do que a procura de verdades num Deus, de abstracção do concreto para chegar a um único que tudo engloba – de forma essencialista ou sistémica ou outra qualquer.

¹ As suas franjas mais extremas das ciências (sociais e outras), nos seus incessantes combates contra os mais variados obscurantismos, igualmente eliminaram o sagrado do pensamento. Estes pensamentos, rapidamente transformados em posições ideológicas, serviram de base aos seus discípulos mais ideológicos e militantes que não se limitaram a combater as crenças na esfera ideológica, mas tentaram combater, em certos casos até eliminaram os seus portadores.

Os impérios constroem-se num imperativo nascido da sociedade de origem, através do controlo de territórios ou de fluxos², ou ainda de combinações variadas destes, por superioridade em áreas-chave tecnológicas ou organizativas em relação às sociedades alvo. A sua construção recorre sempre ao mandato (*imperium*) com que são incumbidos indivíduos ou grupos para executar as conquistas e para posteriormente as consolidar, numa configuração clássica do problema *principal-agent*. As dúvidas inerentes às elites expansionistas dos impérios podem ser compensadas por crenças em deuses variados. Mas raros são os impérios (e tentativas de os construir – também aqui os fracassados são mais interessantes, embora talvez menos estudados, do que os bem sucedidos) que não partem de uma expansão de “valores” da sociedade de origem ou central; os impérios requerem intervenções multidimensionais e multifacetadas para a sua construção e manutenção.

Mudanças rápidas nas sociedades provocam muitas vezes fugas, especialmente quando se interrompem, nas sociedades agrárias, fases de relativa estabilidade, ou, nas sociedades industrializadas, curvas de crescimento económico em ciclos mais curtos do que uma vida humana; onde estas não se manifestam em migrações, revertem para evasões das inseguranças sentidas por grupos, comunidades ou sociedades inteiras para mundos do além, que, em certas conjunturas, podem manifestar-se sob a forma de movimentos milenários e até condensar em extremos milenaristas. Não é de espantar que o aparecimento de números redondos (com a componente mil) em certos sistemas de calendários reforce o aparecimento deste tipo de ideias. Este símbolo serve de núcleo cristalizador para as produções comunicativas que encaixam bem em sistemas de comunicação de massa habituados a estratégias de marketing que se centram em eventos simbolicamente carregados de importância, com o intuito de deixar marca em cérebros, que se traduzem depois em acções – sejam estas impulso de compra ou outras.

² Estes fluxos, de material, pessoas, dinheiro, informação ou outros podem sempre ser percebidos como fluxos de energia, intra e inter sistemas.

A confluência destas linhas diferentes produziu os **millenium goals** que podemos, para os nossos fins, tratar como “*golos milenários*”. Não merecendo de modo algum o interesse que lhes é artificialmente atribuído como produto de marketing político, estes chamam, no entanto, a nossa atenção.

Os *golos milenários* são pensados para o mundo todo. O mundo, contudo, não é pensado a partir de espíritos, nem de um ou mais deuses, nem como manifestação do *Weltgeist*, e ainda menos a partir de uma consciência única (hipotética, ou assumida como real). Também não é pensado a partir de uma sociedade concreta em expansão – na medida de um império. A crítica que atribui estes *golos milenários* ao expansionismo do mundo ocidental é curta e limitada demais, embora não se possa negar que o expansionismo ocidental se aproveite destes. O mundo dos *golos milenários* é pensado como um mundo único – unidade essa que se constitui como objecto único e singular, unificado de, para e pela intervenção. A sede que origina esta intervenção não reside numa sociedade em expansão, mas num constructo cuja consubstanciação é um *ensemble* de agências internacionais e cujo protagonista é o burocrata mundial, sem sociedade, sem pátria, sem fê (não obstante o sequestro parcial por fundamentalismos vários). A sua pertença é um outro constructo, a famosa comunidade (não sociedade) internacional que lhe dá sustento³. Os mais afastados das suas sociedades revêem-se e encontram um sentido de pertença num outro constructo que, embora parcial, é ainda mais emblemático e revelador, “*the UN family*”. A organização de cariz burocrática também lhes confere legitimidade e a desresponsabilização de que precisam para actuar. O que lhes falta em identidade de origem é largamente compensado pelos debates incessantes sobre valores que fazem parte do seu pão de cada dia. As decisões resultantes do “diálogo constante” das grandes centrais sobre o montante dos grandes fluxos de recursos, cascata abaixo, supostamente em direcção aos pobres, desfavorecidos, excluídos e demais figuras alvo do exercício de marketing,

3 Poder, acesso, status, e não de esquecer: rendimentos monetários - regra geral na ordem de dez a cem vezes mais do que a sua sociedade de origem. — “El poder no corrompe, libera la corrupción larvada” (Dávila).

onde “milagrosamente” nunca chegam, carregam consigo muita energia. Esta revela-se na força para persuadir muitos agentes da mudança que lucram com estes fluxos – alguns menos, principalmente os mais jovens, que ainda se deixam motivar pelos discursos sobre valores em que se revêem, sendo os mais experientes, mais bem compensados e, normalmente, mais cínicos⁴. Manifesta-se na sua capacidade de convencer os agentes da mudança – já que não conseguem convencer os pobres a tornarem-se ricos – feito difícil, dado que estes estão excluídos dos fluxos, o que de certo não ajuda.

A constituição do mundo em objecto de intervenção, objecto único de uma intervenção sem dono assumido, sem sociedade de origem, portanto com valores construídos num vazio flutuante, habitado por almas internacionalizadas de burocratas perdidos, naturalmente coxeia das duas pernas. Esta deficiência é compensada por uma projecção de qualidades de sujeito neste mesmo objecto. O discurso está repleto de referências às qualidades inerentes aos pobres, excluídos, desfavorecidos. Através do modelo participativo que, no máximo, pretende proporcionar-lhes uma “igualdade de oportunidades” – em última instância, são responsabilizados pelo seu próprio destino. Igualmente revelador é o discurso contra qualquer atitude paternalista, assistencialista, caritativa, etc. dos agentes de mudança que poderia – *quel horreur* – produzir dependência!

Como a constituição em objecto requer um contrabalanço simbólico, o consentimento das sociedades alvo é sobrevalorizado. O objecto mais específico – nomeadamente os pobres, excluídos, desfavorecidos – não tem voz; esta, portanto, tem que ser substituída. Assim se aposta, por falta de melhor, no consentimento de elites nacionais, regionais e locais, que lucram largamente com os fluxos e cuja característica mais assustadora talvez seja a de terem perdido a capacidade de distinguir entre o profano e o sagrado – o que não quer dizer que o racionalismo proferido em público não seja completado pelo recurso aos espíritos ancestrais em privado; ou

⁴ Sabem que fazem mal a muita gente, mas não querem perder as vantagens que isto lhes confere.

como nos disse Dávila: “La violencia política deja menos cuerpos que almas podridas”.

As elites nacionais e regionais já não são submetidas por força militar, a não ser em circunstâncias extremas; são cooptadas através de um modelo partilhado de apropriação de fluxos entre o *ensemble* das agências internacionais que têm, pelo menos, o mesmo interesse em manter a continuidade dos fluxos. As disputas (as internas cada vez mais violentas), neste modelo, não estão excluídas, fazem parte dele. Normalmente estão associadas à distribuição das oportunidades de apropriação dos fluxos. Basta olhar para as guerras civis. Basta observar os representantes destas elites que participam em conferências e debates internacionais e eventos afins, como eles (re) produzem, cada vez com mais competência, senão autonomia, os discursos idealizados e ideológicos dos complexos, exactamente com a distância crítica que lhes confere a aparente autonomia, esta necessária para um diálogo crítico e construtivo entre supostos pares, que exige, pelo menos, uma pintura fina com o verniz da autenticidade que somente os representantes das sociedades-alvo podem executar. São representantes representativos pelo facto de conseguirem montar operações que possibilitam captar uma parte dos fluxos, e representativos por serem convidados para os eventos internacionais para representar – porque conseguem representar. Mais especificamente, são os representantes das chamadas sociedades civis que não são mais do que o *ensemble* dos seus representantes.

As agências principais são ricas, portanto, inteligentes (ou pelo menos espertas), isto é, capazes de aprendizagem e de mudanças, pelo menos, na tentativa de garantir o influxo de recursos e a estabilização das relações de poder (controlo sobre fluxos variados). Elas pagam, inclusivamente, os seus críticos. E pagam igualmente organizações cuja razão de ser é a luta para libertar mais fluxos das próprias agências.

A cooptação das elites do Sul, pelo menos no caso da África Subsaariana, para uma suposta terapia de crescimento de conjunto e participativa foi, entretanto – e não obstante o facto de muitos dos pacientes ainda estarem em estado de denegação – reduzida a tratamentos meramente

paliativos, com o último *golo milenário* da contenção (de migrações não desejadas e de imagens chocantes televisivas). Veja-se a substituição, cada vez mais flexibilizada e agilizada, da intervenção para o desenvolvimento pelo complexo humanitário. Veja-se também a submissão cada vez mais evidente destes dois complexos ao complexo de segurança.

Transformar pessoas, grupos, e sociedades inteiras em objecto implica tirar-lhes a qualidade de sujeito (histórico e outro), o que não parece ser uma ideia muito boa, como os burocratas *par excellence* do ex-bloco soviético podem atestar, embora estes tenham apostado demais no controlo sobre territórios e não o suficiente sobre fluxos, o que pode ter contribuído para a sua substituição por facções mais “modernas” que apostam mais nestes.

O mundo como objecto único é um pouco grande para uma única intervenção, facto difícil de escamotear; introduziu-se, portanto, o discurso da intervenção local com todas as suas ramificações, o que, pelo menos nos discursos dos agentes de mudança que operam a este nível, tem assumido a forma de reza.

De facto, a constituição de um objecto único exige uma abstracção relativamente forte que, sem sujeito, caminha mais em direcção à ignorância do que à procura do essencial das sociedades humanas. Ignorar a especificidade das sociedades não é uma falha deste processo, é constitutivo do mesmo. E o processo vai ainda mais longe: da ignorância vai directamente à negação da realidade das sociedades. Isso manifesta-se claramente nos formatos de intervenção e nas metodologias propagadas e aplicadas (de planeamento, avaliação, operacionalização, gestão etc.) que, para os agentes de mudança, são *de rigueur*. Para os protagonistas das agências – cuja razão de ser são *high level meetings* que lhes conferem ou confirmam a importância e a existência –, as sociedades (pobres, excluídas, etc.) são largamente reduzidas a *photo opportunities*, incluindo a construção de histórias heróicas (Madre Teresa, et al.). E a bizarria de organizar conferências em hotéis de cinco estrelas para discutir os problemas da pobreza e da exclusão social não sugere dúvidas aos seus representantes.

A nível subjectivo, a participação em intervenções bem-intencionadas, mesmo que metodologicamente inspiradas em intervenções militares (*vide* as técnicas largamente derivadas das ciências militares, por exemplo), causa imensos conflitos a muita boa gente. Não é por acaso a proliferação e repetição já com regularidade – se não com a força de convicção – de um mantra, do discurso de não dominação, de parceria, dos valores humanos, da não interferência, da autodeterminação do objecto ou alvo da intervenção, da inclusão, etc.

Os problemas inegáveis do mundo sempre atraíram pessoas bem-intencionadas – o humanismo, a solidariedade, a procura da paz, fazem parte das sociedades, não menos do que a violência e as guerras.

Existe uma contradição profunda na participação numa intervenção triplamente negada – negação da sua sede, negação da origem das suas estratégias, tácticas, ferramentas, metodologias e discursos (“luta, combate, etc.”) e dos seus fracassos completos bem como os seus efeitos e impactes cumulativos destruidores sobre a grande maioria das sociedades da África Subsaariana.

Ao contrário dos exércitos de salvação que abertamente assumem ou imitam a forma militar – que tomaram por forma de organização mais eficaz e que fingem trocar o conteúdo, mantendo as formas – a intervenção para o desenvolvimento ou a intervenção humanitária mantém o impulso, a direcção e a metodologia de intervenção, negando a sua origem e disfarçando as suas formas.

O desenvolvimento externamente induzido revela-se cada vez mais um fracasso, pelo menos na África Subsaariana, e confirma e reprova ao mesmo tempo o dito do Dávila, quando este afirma: “El fracaso del progreso no ha consistido en el incumplimiento, sino en el cumplimiento, de sus promesas”.

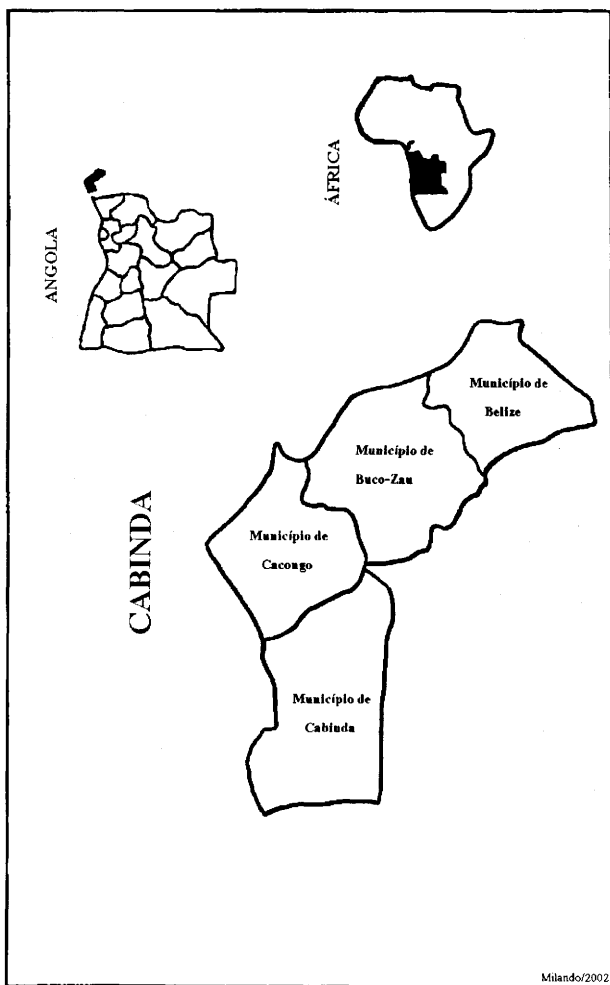
A segunda opção, a intervenção do complexo humanitário, evidentemente não dispõe de forças suficientes para conter as sociedades em desintegração e colapso. A última linha de defesa das relações de poder, o complexo de segurança, está a ganhar alguma ascendência sobre os outros dois complexos que já lhe comprou a argumentação, mesmo ao

preço da submissão. O que demonstra não somente a fraqueza inerente aos complexos de desenvolvimento e da intervenção humanitária⁵, mas também a sua negação da realidade: em larga medida, os impactes acumulados e cumulativos do conjunto das intervenções destes três complexos, com estratégias, metodologias, *timings* diferentes, cria as condições para a “auto-destruição assistida” de muitas sociedades, nomeadamente as sociedades agrárias africanas, ou como nos disse Tacitus: “*Nec proinde diiudicari potest, quid optimum factu fuerit, quam pessimum fuisse, quod factum est*” [“Não é fácil estabelecer qual a melhor coisa a fazer, mas a que foi feita foi certamente a pior”].

É nesta perspectiva que este livro ganha a sua importância: como certas sociedades agrárias africanas lidam com o assalto múltiplo do mundo externo que oscila entre exploração dos seus recursos naturais, ataques militares, de partidos e facções variadíssimos, incursões dos agentes de mudança de todas as cores, assédios de missionários de todas as crenças; em suma, ofertas, ameaças e seduções do mundo exterior? Vão conseguir resistir e manter a sua coesão interna? Disto vai depender a sua vivência, muitas vezes já reduzida, no discurso, senão na realidade, à sobrevivência, e a paz das suas almas.

Vale Carreiras
Novembro de 2006
Ulrich Schiefer

⁵ De notar como o aparecimento de um novo jogador, que escusa disfarçar os seus interesses económicos atrás de discursos, muda repentinamente o quadro de referências das elites subaarianas.



Colecção Sociedades Africanas

Este livro surge na sequência de um outro, do mesmo autor, publicado em 2005, pela Imprensa de Ciências Sociais, sobre “Cooperação sem Desenvolvimento”, no qual analisa o complexo desenvolvimentista e os seus objectivos declarados e não declarados, em África, assim como questiona a viabilidade do próprio desenvolvimento, seja em que tipo de sociedade for. O presente livro analisa o modo como o desenvolvimento institucionalizado, levado a cabo ou apoiado pelas elites políticas angolanas, afecta as representações e práticas sociais de populações rurais de Cabinda. Por um lado, o desenvolvimento surge como uma máquina trituradora/reconstrutora de identidades e de culturas, com grande capacidade de integrar, gerir e perturbar as populações locais, levando a supor que estas estão condenadas a sucumbir rapidamente diante dos projectos desenvolvimentistas ou a entrar em processos de desagregação, lentos mas irreversíveis. Por outro, há sinais locais de resiliência social, que parecem exprimir processos de introversão defensiva, de regressão “tradicional” e de ulterior complexificação destas sociedades, configurando dinâmicas sociais que escapam sempre a qualquer análise linear. Assim, o desenvolvimento é analisado não como um choque de culturas, mas como um encontro de diferentes racionalidades culturais, de que resultam situações extremamente complexas e, quase sempre, imprevisíveis.

João Milando é sociólogo, Doutorado em Ciências Sociais (Estudos Africanos Interdisciplinares). Faz pesquisas, há vários anos, sobre processos de desenvolvimento em Angola e África em geral. É investigador do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Lisboa.

ISBN: 978-989-8079-00-8